



POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS  
COMANDO DA ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR  
DIRETORIA DE ENSINO E PESQUISA  
ESPECIALIZAÇÃO – MBA EM GESTÃO DE POLÍCIA OSTESIVA



GRACIELLE VIEIRA ARRUDA

**GESTÃO FINANCEIRA PARA MITIGAR EFEITOS DA EXTINÇÃO DA  
AJUDA DE CUSTO (AC4) DO POLICIAL MILITAR QUE PASSA À RESERVA**

GOIÂNIA-GO

2025

GRACIELLE VIEIRA ARRUDA

**GESTÃO FINANCEIRA PARA MITIGAR EFEITOS DA EXTINÇÃO DA  
AJUDA DE CUSTO (AC4) DO POLICIAL MILITAR QUE PASSA À RESERVA**

Artigo Científico apresentado como exigência para conclusão da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso da Pós-Graduação em Polícia e Segurança Pública pelo Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, sob a orientação do Prof. Esp. Wanderley Alves Moura.

GOIÂNIA-GO

2025

## GESTÃO FINANCEIRA PARA MITIGAR EFEITOS DA EXTINÇÃO DA AJUDA DE CUSTO (AC4) DO POLICIAL MILITAR QUE PASSA À RESERVA

### FINANCIAL MANAGEMENT TO MITIGATE THE EFFECTS OF THE TERMINATION OF THE COST OF LIVING ALLOWANCE (AC4) FOR MILITARY POLICE OFFICERS WHO GO TO RESERVE

Gracielle Vieira Arruda<sup>1</sup>  
Wanderley Alves Moura<sup>2</sup>

**Resumo:** Este estudo investigou a relação entre o endividamento de policiais militares do Estado de Goiás e a adesão à escala extra remunerada (AC4), com foco na influência dessa renda adicional sobre o adiamento da passagem para a reserva remunerada. A pesquisa, de abordagem quantitativa, utilizou questionário estruturado aplicado a policiais em fase intermediária da carreira. Os dados revelaram um alto nível de endividamento entre os respondentes, com destaque para o uso frequente de empréstimos consignados e cartão de crédito. Constatou-se que 78,2% utilizam a AC4 regularmente como complemento de renda, o que evidencia forte dependência dessa escala para equilibrar o orçamento pessoal. Apenas 17,7% possuem reserva financeira, indicando ausência de planejamento e baixa capacidade de investimento. A possível perda da AC4 foi apontada como fator decisivo para a postergação da ida à reserva. Diante desse cenário, o estudo propõe a implementação de programas permanentes de educação financeira na Polícia Militar, voltados à prevenção do endividamento e à promoção da autonomia econômica dos servidores. Conclui-se que a qualificação financeira do policial é essencial tanto para sua qualidade de vida quanto para a eficiência da gestão de pessoal na segurança pública.

**Palavras-chave:** Endividamento; Polícia Militar; Escala Extra Remunerada; Educação Financeira; Reserva Remunerada.

**Abstract:** This study examines the relationship between the indebtedness of military police officers in the State of Goiás and their reliance on the additional paid work shift known as AC4. The main objective is to assess whether the potential suppression of AC4 influences the postponement of requests for retirement. A structured questionnaire was applied to mid-career officers, adopting a quantitative approach and descriptive statistical analysis. The results indicate a high level of indebtedness among respondents, mainly due to payroll loans and frequent use of credit cards. Approximately 78.2% of the participants reported regular dependence on AC4 as a source of supplementary income, while only 17.7% had any form of financial reserve, revealing a lack of financial planning and low investment capacity. The findings suggest that the possible loss of AC4 income is a decisive factor in delaying retirement. As a recommendation, the study proposes the implementation of permanent financial education programs within the corporation, aiming to prevent chronic indebtedness and foster financial autonomy. It concludes that enhancing the economic awareness and stability of police officers is essential for their well-being and for ensuring sustainable human resource management in public security.

**Keywords:** Indebtedness; Military Police; Extra Paid Shift; Financial Education; Retirement

---

<sup>1</sup> Aluna do Curso de Formação de Oficiais – 48ª Turma/2025, Especialização: MBA em Gestão de Polícia Ostensiva do Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, email:vieiraarrudagracielle@gmail.com. Telefone: (62)999479585.

<sup>2</sup> Orientador. Professor da Especialização: MBA em Gestão de Polícia Ostensiva do Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás. Especialista em Curso de Especialização e Gerenciamento em Segurança Pública (CEGESP). Email: mourasapiens@gmail.com. Telefone: (62)992279303.

## 1. INTRODUÇÃO

A Polícia Militar do Estado de Goiás conta com a escala extra remunerada, denominada AC4, como estratégia para complementar seu efetivo operacional. Essa escala é prestada voluntariamente pelos policiais militares em regime extraordinário, com limite mensal de 192 horas, além da jornada mínima regular de 40 horas semanais (Goiás, 2019). A medida representa, por um lado, uma economia para a Administração Pública, que evita os custos de novas contratações ao utilizar servidores já pertencentes ao quadro estadual. Por outro, oferece aos policiais uma fonte adicional de renda, frequentemente comprometida com despesas fixas, emergenciais, empréstimos e financiamentos.

O vínculo financeiro com a AC4 gera implicações relevantes no momento em que o policial militar considera a passagem para a reserva remunerada, já que a legislação não prevê sua continuidade na inatividade. Muitos adiam a aposentadoria para evitar a queda da renda, agravada pela existência de empréstimos consignados que, por vezes, superam os limites legais (Brasil, 2003). Nesse contexto, surge a questão central: de que forma a dependência financeira da escala AC4 impacta o endividamento e a decisão de policiais militares do Estado de Goiás em adiar a passagem para a reserva remunerada?

Segundo Orozimbo (2021) e Bevilacqua (2021), a educação financeira deve ser compreendida como um processo contínuo, capaz de promover maior consciência sobre produtos e conceitos financeiros, seus riscos e aplicações práticas. No âmbito da Polícia Militar, essa formação é ainda mais necessária, pois o trabalho ocupa parcela significativa da vida do indivíduo e o bem-estar físico e mental dos policiais influencia diretamente seu desempenho. A preocupação constante com dívidas pode gerar estresse, insônia, irritabilidade e outros distúrbios que comprometem a execução das atividades laborais (De Macedo, 2023).

Estudos recentes reforçam que o endividamento está entre os fatores que mais afetam a saúde e o desempenho ocupacional, em intensidade comparável ao estresse e à exaustão laboral (Orozimbo, 2022; Bevilacqua, 2022). Nesse cenário, a dependência da remuneração extra oriunda da escala AC4 deve ser tratada com cautela. Ao ser incorporada como fonte recorrente de orçamento, tende a estimular padrões de consumo acima da renda fixa, gerando dependência dessa receita variável e agravando o comprometimento financeiro.

Essa situação impacta diretamente a decisão sobre a aposentadoria, pois muitos policiais postergam a passagem para a reserva remunerada a fim de não perder essa complementação salarial. A vulnerabilidade aumenta quando se considera a elevada incidência de empréstimos consignados, cujos descontos, em diversos casos, ultrapassam os

limites legais, comprometendo ainda mais o equilíbrio financeiro e a qualidade de vida do servidor.

Diante disso, a relevância desta pesquisa se justifica tanto pela dimensão social quanto pela institucional. Socialmente, busca-se contribuir para o bem-estar dos policiais, prevenindo o endividamento crônico e promovendo maior segurança financeira. No campo institucional, o estudo oferece subsídios para a gestão de pessoas na PMGO, apontando a necessidade de políticas permanentes de educação financeira ao longo da carreira.

Soma-se ainda a lacuna acadêmica, já que são escassos os trabalhos que investigam especificamente a relação entre a dependência da AC4, o endividamento e a transição para a inatividade. Assim, a pesquisa pretende fornecer elementos práticos e teóricos para a elaboração de estratégias de educação financeira, capazes de favorecer o equilíbrio orçamentário, a saúde ocupacional e uma passagem mais consciente e planejada para a reserva remunerada.

Este estudo tem como objetivo analisar a relação entre o endividamento de policiais militares e a necessidade de realização da escala extra remunerada (AC4), a fim de verificar se a supressão dessa possibilidade constitui fator determinante para o adiamento do pedido de passagem para a reserva remunerada. Busca-se, ainda, propor estratégias de educação financeira voltadas à promoção do equilíbrio orçamentário e da autonomia financeira no período de transição para a inatividade.

Como objetivos específicos foram definidos: I) identificar o perfil financeiro de policiais militares do Estado de Goiás em fase intermediária da carreira; II) verificar o grau de dependência da escala extra remunerada (AC4) na composição da renda mensal dos policiais militares; III) analisar o impacto da perda da AC4 na decisão de adiamento do pedido de reserva remunerada; IV) avaliar os principais fatores que contribuem para o endividamento entre policiais militares; e V) propor um programa de educação financeira voltado à prevenção do endividamento e ao planejamento da reserva remunerada.

A pesquisa é de natureza aplicada, de abordagem quantitativa e delineamento descritivo, realizada por meio de questionário eletrônico com sargentos da Polícia Militar do Estado de Goiás. Além desta introdução, o artigo está estruturado em quatro seções: a revisão teórica, que aborda os conceitos de educação financeira e endividamento; a metodologia; a análise dos resultados; e, por fim, a conclusão com recomendações práticas. Dessa forma, pretende-se contribuir com subsídios para políticas de gestão e educação financeira voltadas à melhoria da qualidade de vida e à preparação para a reserva remunerada dos policiais militares.

## 2. REVISÃO TEÓRICA

### 2.1 LITERATURA DE GESTÃO FINANCEIRA

A gestão financeira pessoal é um campo de estudo que busca compreender como os indivíduos administram renda, consumo, poupança e investimentos ao longo do ciclo de vida. Segundo Assaf Neto (2010), o planejamento financeiro é ferramenta essencial para organizar o orçamento, evitar o endividamento e alcançar estabilidade econômica. Esse processo envolve não apenas o controle de gastos, mas também a definição de metas financeiras e estratégias de longo prazo.

Santos (2011) enfatiza que a ausência de planejamento sistemático leva à adoção de práticas de consumo imediatistas, comprometendo a formação de patrimônio e ampliando a vulnerabilidade do indivíduo frente a imprevistos. Nesse mesmo sentido, Cerbasi (2004) aponta que a educação financeira deve ser entendida como um processo formativo e contínuo, capaz de orientar decisões conscientes relacionadas ao uso do crédito, à gestão de dívidas e à constituição de reservas financeiras.

Oliveira (2007) acrescenta que a tomada de decisão financeira está diretamente ligada ao ciclo de vida do consumo. Nas fases de maior renda ativa, é fundamental destinar parte dos recursos para poupança e investimentos, garantindo maior segurança durante a inatividade laboral. Dessa forma, a literatura nacional converge para a importância da educação financeira como estratégia de promoção do equilíbrio orçamentário e de preparação para desafios futuros, como a aposentadoria.

### 2.2 BREVE HISTÓRICO DO CONSUMO

Para compreender o endividamento do Policial Militar e a crescente necessidade de trabalhar em jornadas extraordinárias, como forma de aumentar a renda, é necessário realizar uma análise histórica sobre a evolução do trabalho, do sistema de produção e das transformações nos hábitos de consumo, bem como das percepções relacionadas às necessidades de compra.

De acordo com De Macedo (2023), ainda na primeira fase da Revolução Inglesa, era comum a exploração dos operários pelos donos de fábricas, que acumulavam capital e lucros enquanto submetiam os trabalhadores a uma condição de subordinação, frequentemente sustentada por preceitos religiosos. Práticas como a usura eram condenadas, sendo

considerado pecado receber além do necessário para a subsistência familiar conforme destacam Weber (1905/2004) ao relacionar a ética protestante com a disciplina do trabalho e a moralidade econômica.

Na segunda fase da Revolução Industrial (1850–1920), observa-se uma mudança significativa no cenário laboral, marcada pela crescente preocupação com as condições de trabalho e pela valorização do operário como parte essencial do processo produtivo. Nesse período, surgem debates sobre remuneração mais justa, organização sindical e os primeiros movimentos voltados à proteção do trabalhador. De acordo com De Macedo (2023), tais transformações representaram um avanço no reconhecimento da importância social do trabalho e na construção de direitos que buscavam reduzir a exploração característica da fase anterior.

Da Cruz Freitas (2022) aponta que nesse período surgiram novas formas de remuneração, como o salário por produtividade, e fortaleceu-se a organização sindical, que passou a reivindicar direitos trabalhistas. Rothbard (2022) destaca que as primeiras legislações regulatórias do trabalho foram implantadas nesse contexto, refletindo avanços na normatização das relações laborais e na proteção dos direitos do trabalhador.

Paralelamente ao desenvolvimento industrial, o acesso ampliado a bens e serviços gerou um estímulo ao consumo, sendo esse um dos pilares do fortalecimento do sistema capitalista (Bauman, 2007). No século XX, com a intensificação das tecnologias da informação e comunicação (TICs), expandiu-se a capacidade produtiva e a oferta de serviços, ampliando o poder de compra da população, conforme De Macedo (2023). Como resultado, o consumo tornou-se mais intenso, impulsionado também pelas estratégias de marketing, cada vez mais voltadas à influência do comportamento do consumidor.

Com o avanço tecnológico, o consumidor passou a ter acesso a uma variedade cada vez maior de produtos e serviços. As estratégias de publicidade passaram a atuar diretamente na construção da necessidade de consumo, associando-o a sentimentos de pertencimento e de inclusão social. Já no século XXI, essas estratégias foram aprimoradas por meio da coleta e análise de dados comportamentais — como cliques, tempo de permanência em páginas, histórico de compras e preferências pessoais — permitindo o direcionamento personalizado de campanhas e produtos. Dessa forma, os consumidores são expostos a produtos com base em algoritmos que preveem seus interesses, o que aumenta a influência sobre suas decisões de compra.

O resultado desse processo é a indução de comportamentos consumistas, muitas vezes impulsivos e desconectados das reais necessidades do indivíduo. O produto passa a

representar status, pertencimento e afirmação social, diluindo a individualidade do consumidor. Assim, emerge uma sociedade em que o consumo dita as regras, sendo incentivado por influenciadores que, mesmo parecendo espontâneos, são remunerados para promover determinados produtos e serviços.

Esse padrão de consumo atinge todas as camadas sociais, mesmo aquelas que não possuem rendimentos compatíveis com os bens adquiridos. As compras, por vezes, estão associadas a necessidades emocionais ou sociais e não a demandas reais. A aquisição de um veículo, por exemplo, pode ocorrer não por necessidade objetiva, mas para manter o padrão de consumo de um determinado grupo social, ainda que isso envolva o comprometimento da renda por meio de financiamentos com juros elevados.

### 2.3 O SERVIDOR PÚBLICO COMO ALVO DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

O servidor público, incluindo o Policial Militar, por possuir estabilidade no cargo, torna-se um dos principais alvos das instituições financeiras. Ele tem acesso facilitado ao crédito consignado, com prazos extensos para pagamento (até 144 parcelas), o que o torna propenso a recorrer a esse tipo de empréstimo como forma de manutenção do padrão de vida. As instituições financeiras, por sua vez, oferecem taxas supostamente atrativas, pois contam com a baixa probabilidade de inadimplência. Esse ciclo é alimentado por sucessivos refinanciamentos e novos empréstimos, que trazem embutidos os efeitos dos juros compostos, comprometendo a saúde financeira do servidor.

### 2.4 O CRÉDITO FÁCIL, AC4 E ENDIVIDAMENTO

O Policial Militar tem acesso facilitado a produtos financeiros como cartão de crédito com limites elevados e crédito consignado, o que contribui para uma percepção equivocada de aumento do poder de compra. Tal percepção leva à tomada de decisões impulsivas, incompatíveis com sua real condição financeira, expondo-o ao endividamento. A diminuição da renda líquida decorrente desses compromissos financeiros frequentemente resulta na adesão à AC4 como forma de compensar o orçamento mensal. A cada comprometimento adicional da renda, recorre-se novamente à AC4, o que gera um ciclo crescente de dependência e endividamento, com os juros compostos atuando sempre em benefício das instituições financeiras.

O cartão de crédito, se bem utilizado, pode ser uma ferramenta de apoio financeiro. Entretanto, muitos o utilizam como extensão do salário, o que leva ao comprometimento de sua capacidade de pagamento. Quando o limite do cartão é ultrapassado, o Policial Militar, para evitar a inadimplência e manter seu nome limpo, recorre ao **empréstimo** consignado, considerando seus juros mais baixos. Embora essa atitude possa parecer racional no curto prazo, ignora a necessidade de reflexão sobre os hábitos de consumo que o levaram à situação de endividamento. A substituição de juros do cartão pelos do empréstimo consignado pode ser uma medida paliativa, mas não resolve a origem do problema.

### **2.5 Educação financeira e desafios atuais**

A solução mais eficaz seria repensar os comportamentos financeiros e desenvolver uma consciência sobre o impacto das decisões de consumo. A renda proveniente da AC4, por exemplo, não deve ser incorporada ao salário base, mas planejada para projetos específicos ou reserva financeira para a inatividade.

A educação financeira, nesse contexto, torna-se ferramenta essencial. O policial deve ser incentivado a refletir sobre como seria sua condição financeira sem o valor oriundo da AC4 e o quanto desse adicional tem sido utilizado para custear desejos e consumos que não condizem com seu orçamento real. A ausência de educação financeira não é um problema exclusivo da classe policial, mas sim reflexo de uma sociedade carente desse tipo de conhecimento.

A pesquisa *Global Financial Literacy Survey*, realizada pela *S&P Ratings Service* 2014, confirma que o Brasil ocupa a septuagésimo quarto posição num ranking global de educação financeira, de 144 países, ficando atrás de nações como Madagascar, Togo e Zimbábue. Em contraste, países como Noruega e Dinamarca lideram o ranking mundial de educação financeira.

Nesse cenário, De Macedo (2023) afirma que a concessão de crédito e as facilidades atreladas a esse processo representam hoje as principais fontes de acesso a recursos financeiros pela população brasileira. Esse fenômeno decorre do aumento de instituições financeiras, da ampliação dos produtos oferecidos e da simplificação dos processos de contratação, o que os torna ainda mais atrativos para a sociedade.

Se, por um lado, houve um avanço em termos de acesso ao crédito e produtos financeiros, por outro, ainda há um longo caminho a ser percorrido no que se refere à oferta de produtos que gerem renda passiva e favoreçam a construção de patrimônio — como investimentos em ações, dividendos, fundos ou títulos de capitalização. A Corporação Policial

precisa ampliar a discussão sobre finanças pessoais e fomentar uma cultura de educação financeira que permita ao servidor tomar decisões mais racionais e conscientes.

### 3.METODOLOGIA

A presente pesquisa adota uma abordagem de natureza aplicada, com enfoque quantitativo, delineamento descritivo e levantamento de campo. Segundo Marconi e Lakatos (2017), a pesquisa aplicada visa gerar conhecimentos voltados à solução de problemas concretos e específicos, com aplicação prática e interesse imediato, o que justifica sua adoção diante da necessidade de propor medidas para mitigar o endividamento entre policiais militares em fase de transição para a inatividade.

Para a fundamentação teórica, foi realizada uma revisão bibliográfica e documental por meio da ferramenta de busca Google Acadêmico, além de sítios eletrônicos especializados como a *Scientific Electronic Library On-line (SciELO)*, a Revista Brasileira de Estudos de Segurança Pública (REBESP) portais institucionais oficiais relacionados à temática.

A fase empírica da pesquisa consistirá na aplicação de um questionário estruturado, elaborado com base nos objetivos da investigação, visando à coleta de dados primários. O instrumento será disponibilizado por meio eletrônico, especificamente por meio da plataforma *Google Forms*, e replicado nos grupos de *WhatsApp* compostos exclusivamente por policiais militares da Polícia Militar do Estado de Goiás (PMGO) que estão em formação no Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos (CAS), promovido pela Academia de Polícia Militar.

A escolha por esse público justifica-se pelo fato de os discentes do CAS, em média, já terem cumprido mais de dois terços do tempo de serviço previsto em suas carreiras, restando aproximadamente dez anos para a transferência para a reserva remunerada. Trata-se, portanto, de um grupo que vivencia intensamente a realidade operacional da corporação, acumulando experiência prática e perspectiva crítica sobre aspectos estruturais e individuais relacionados à atividade policial, o que contribui para uma análise mais qualificada sobre a temática do endividamento e das práticas financeiras no âmbito da segurança pública.

Para alcançar maior capilaridade na aplicação do instrumento, será empregada a técnica de amostragem não probabilística do tipo *snowball* (bola de neve), amplamente utilizada em pesquisas sociais. Conforme Biernacki e Waldorf (1981), essa estratégia consiste na indicação, pelos participantes iniciais, de novos respondentes que compartilhem das características definidas como critérios de inclusão na pesquisa. Esse processo se estenderá

em cadeia até que se alcance o número estimado de respostas necessário para garantir a representatividade da amostra, respeitando-se os princípios éticos e de confidencialidade dos dados.

As respostas coletadas serão analisadas por meio de estatística quantitativa descritiva, com foco na identificação de frequências e padrões de respostas. De acordo com Marconi e Lakatos (2017), a pesquisa descritiva tem por objetivo primordial descrever características de determinada população ou fenômeno, estabelecendo relações entre variáveis e permitindo sua interpretação à luz do referencial teórico. Os resultados serão organizados e apresentados em quadros, tabelas e gráficos, com o objetivo de facilitar a visualização das práticas financeiras mais recorrentes e suas possíveis implicações na vida profissional e pessoal dos policiais militares.

Com base na análise dos dados, pretende-se propor, de forma técnica e fundamentada, a inclusão de conteúdo voltado à Educação Financeira na grade curricular dos cursos de formação e aperfeiçoamento da Polícia Militar do Estado de Goiás, como medida preventiva e estratégica voltada à promoção do bem-estar financeiro e à mitigação dos fatores que levam ao endividamento crônico entre os servidores da segurança pública.

### 3.1 VALIDADE, CONFIABILIDADE E LIMITAÇÕES DO INSTRUMENTO

O questionário utilizado passou por avaliação prévia quanto à clareza e consistência dos itens, assegurando sua adequação ao contexto da pesquisa. A validade de conteúdo foi observada a partir da análise do alinhamento das questões aos objetivos do estudo, enquanto a confiabilidade é inferida pelo padrão de consistência interna das respostas. Reconhece-se, entretanto, como limitação, o uso da técnica de amostragem não probabilística “snowball”, que pode restringir a generalização dos resultados para toda a corporação, bem como a possibilidade de vieses relacionados ao perfil dos respondentes.

## 4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A coleta de dados realizou-se mediante a aplicação de questionário estruturado, contendo itens formulados com questões de múltipla escolha, com vistas à categorização e análise estatística das respostas. O questionário, desenvolvido na plataforma *Google*

*Forms*®, foi composto de doze (12) perguntas distribuídas em uma única seção, contemplando:

1. Termo de Consentimento;
2. Esclarecimentos Gerais;
3. Grupo de Perguntas.

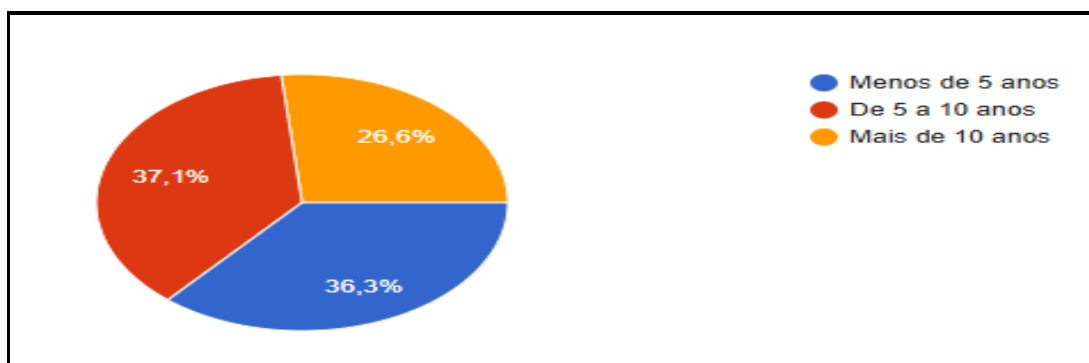
O formulário permaneceu disponível para acesso remoto durante o período de vinte (20) dias consecutivos, a partir de 10 de junho de 2025, sendo respondido por cento e vinte e quatro (124) sargentos da Polícia Militar do Estado de Goiás, todos regularmente matriculados ou já egressos do Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos (CAS). Esta é uma amostra relevante porque representa um conjunto de policiais militares na fase intermediária da carreira, com experiência operacional, maturidade pessoal e cujos efeitos de uma gestão orçamentária pessoal (positiva ou negativa) possam ser melhor aferidos.

O questionário foi enviado através de aplicativo de mensagens de texto e os pesquisados foram convidados a encaminhar o formulário para outros sargentos que conheçam, na mesma situação, de forma a obter-se uma amostra representativa e aleatória.

Os dados preliminares revelaram predominância do sexo masculino (89,5%) em comparação ao sexo feminino (10,5%), refletindo a distribuição histórica de gênero na Corporação. A faixa etária do público pesquisado oscilou entre 37 e 57 anos, destacando-se o intervalo entre 43 e 47 anos como maioria (46%), evidenciando que parcela significativa dos pesquisados se aproxima da fase de transição para a reserva remunerada, contexto em que a gestão da própria renda assume uma importância crítica.

Perguntados sobre quanto tempo falta para a reserva remunerada, obteve-se o seguinte gráfico:

**Gráfico 1 – Tempo restante para ir à reserva remunerada**



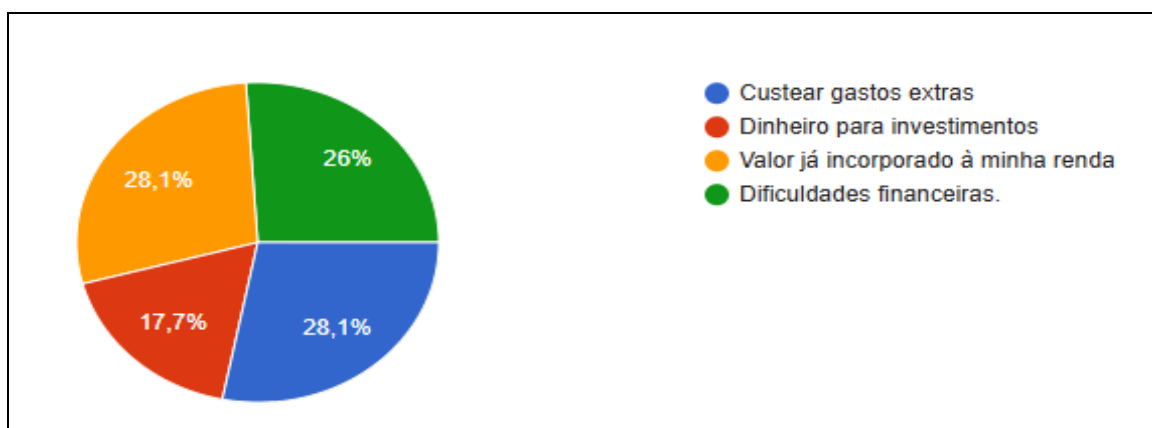
Fonte: A autora (2025).

Quanto à intenção de retorno a atividades laborais após ingresso na inatividade, apurou-se que 85,5% dos participantes não pretendem retomar funções de natureza policial militar. Contudo, entre os 14,5% que expressaram tal intenção, destacou-se que 36,7% justificaram a necessidade de complementar a renda para quitação de dívidas, demonstrando a precariedade do planejamento financeiro para a aposentadoria.

Verifica-se, ainda, que a insuficiência do planejamento financeiro e a ausência de produtos financeiros capazes de gerar renda passiva contribuem significativamente para a dependência de rendas variáveis, como as atividades extraordinárias remuneradas (AC4), o que pode levar ao adiamento da aposentadoria. Oliveira, Almeida e Nunes (2021) destacam que a percepção da insuficiência da renda na aposentadoria é um dos principais determinantes para que servidores públicos optem por continuar em atividade, muitas vezes motivados pela necessidade de complementar a renda para quitação de dívidas e manutenção do padrão de vida. Esse fator foi observado por eles ao analisarem que muitos servidores que exerciam cargos de chefia ou em comissão postergavam a aposentadoria para não perder tais vantagens pecuniárias.

Já em relação à execução de atividade extra remunerada, identificou-se que 78,2% dos respondentes (equivalentes a 97 policiais) afirmaram realizar, de forma regular, a escala extraordinária remunerada – AC4, reforçando o pressuposto de que tal instrumento não constitui apenas opção de reforço esporádico de renda, mas elemento fundamental do orçamento doméstico. Quando questionados acerca da finalidade da renda advinda da AC4, constatou-se que apenas 17,7% a destinam a investimentos ou reserva patrimonial, enquanto a maior parte relatou utilizar esses valores para cobrir despesas rotineiras, arcar com imprevistos ou suprir déficits recorrentes no orçamento.

**Gráfico 2 – Finalidade da renda advinda de AC4**



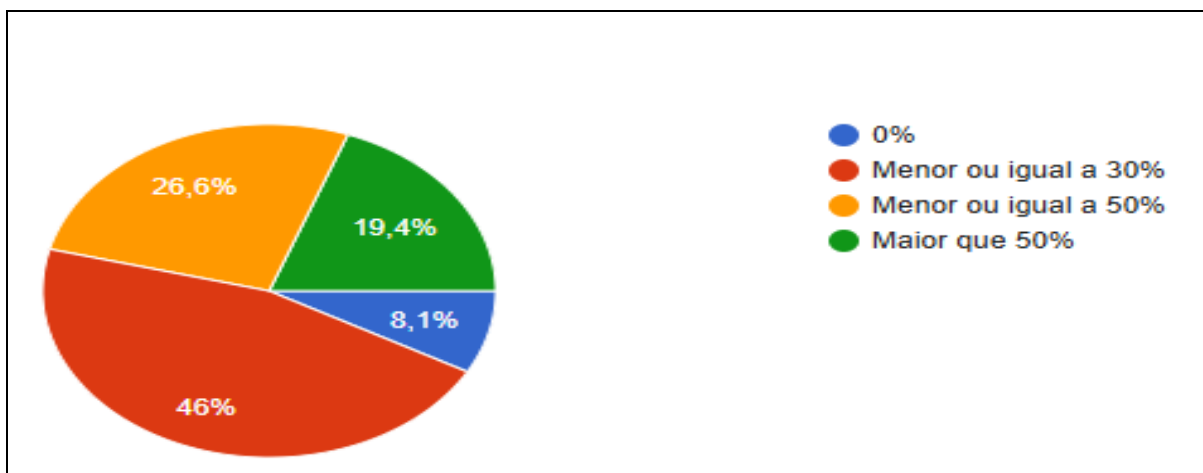
Fonte: A autora (2025).

Esta constatação indica uma dependência permanente da renda variável, em desacordo com o caráter suplementar e transitório que deveria caracterizar a escala extra, conforme diretrizes da legislação que a instituiu.

No tocante ao comprometimento da renda líquida, verificou-se que 46% dos participantes relataram comprometimento de até 30% com dívidas e financiamentos; 26,6% indicaram comprometimento entre 30% e 50% que mostra um quadro de endividamento relevante e persistente.

Essa realidade é corroborada pelo estudo de Silva (2024), o qual identificou que aproximadamente 26,9% dos policiais militares analisados destinavam mais da metade de seus rendimentos ao pagamento de dívidas, indicando uma limitação financeira significativa que impacta diretamente sua estabilidade econômica e qualidade de vida. Além disso, o mesmo estudo evidenciou que uma parcela expressiva dos policiais apresentava dívidas em atraso e elevado comprometimento com financiamentos, o que demonstra que essa situação não é uma particularidade local, mas reflete uma tendência presente em diversas corporações militares do país. Complementarmente, apenas 8,1% dos policiais da amostra afirmaram não possuir dívidas, índice considerado reduzido frente ao contexto observado e que reforça a tendência do alto nível de endividamento entre os profissionais de segurança pública.

**Gráfico 3 – Grau de comprometimento da renda líquida**



Fonte: A autora (2025).

A análise da natureza das dívidas revelou que 61,3% dos respondentes apontaram o empréstimo consignado como a principal modalidade responsável por onerar sua renda mensal, seguido do cartão de crédito (18,5%), do financiamento imobiliário (4%) e de uma combinação de diferentes dívidas (8,9%). O crédito consignado, amplamente oferecido ao

servidores públicos, representa um fator importante do comprometimento da renda, o que reforça a necessidade de políticas de educação financeira para evitar a contração desnecessária dos empréstimos, o refinanciamento recorrente da dívida e a sobrecarga do servidor com juros compostos.

Santos, Fernandes e Rodrigues (2025) identificaram que, entre maio de 2023 e abril de 2025, mais de 82% dos policiais militares de Goiás mantiveram empréstimos consignados, atingindo o pico de 89,37% em maio de 2023. No mesmo estudo, observou-se aumento na adesão às escalas extraordinárias (AC4), que passou de seis mil setecentos e vinte e nove servidores em janeiro para sete mil cento e nove em março de 2025. Esses dados indicam um quadro persistente de comprometimento orçamentário na corporação, marcado pela dependência de crédito consignado e pela utilização da AC4 como recurso complementar de renda. Tal cenário reforça a urgência de ações institucionais voltadas à educação financeira, com foco no fortalecimento da gestão orçamentária e na prevenção do endividamento crônico.

Essa constatação corrobora os achados de Galindo (2021), que ao analisar o endividamento dos servidores da Universidade Federal da Paraíba identificou que 65,5% dos servidores já realizaram três ou mais empréstimos consignados ao longo do tempo, sendo que grande parte recorreu a essa modalidade para pagamento de dívidas preexistentes, evidenciando a utilização do crédito como estratégia paliativa para lidar com déficits orçamentários. Tal comportamento sugere fragilidades no planejamento financeiro individual, além de indicar que a renda mensal muitas vezes não é suficiente para cobrir todas as obrigações financeiras, o que amplia o risco de endividamento crônico.

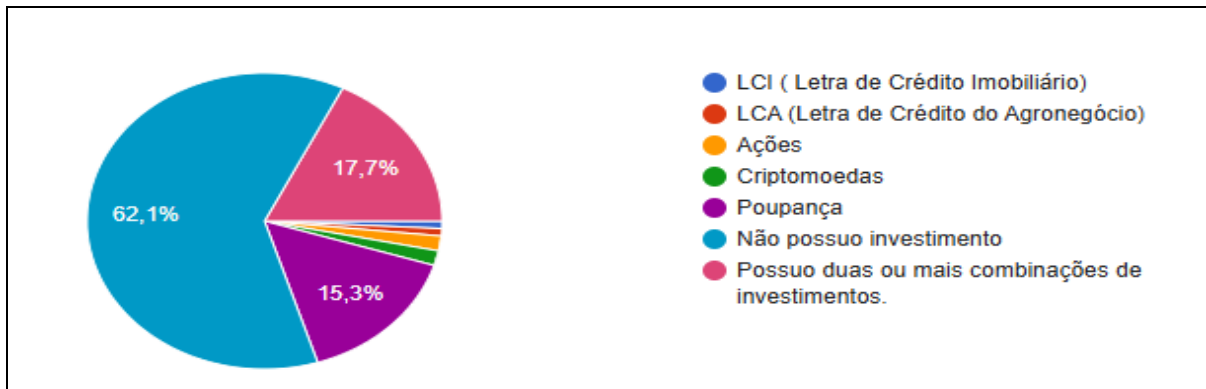
O baixo percentual de financiamento imobiliário, modalidade que possibilita formação de patrimônio, indica que a maior parte dos compromissos financeiros não está direcionada à acumulação de ativos, o que compromete a sustentabilidade financeira a longo prazo.

No que se refere às dívidas contraídas por meio de cartão de crédito, que representam 18,5% do comprometimento relatado pelos respondentes, observa-se um padrão de consumo muitas vezes marcado pela utilização do limite como extensão da renda mensal. Esse comportamento reforça o cenário descrito por Gomes (2022), ao apontar que o tipo de dívida que mais compromete a renda familiar é justamente o cartão de crédito, seguido por carnês, financiamento de carro, crédito pessoal, financiamento de casa, cheque especial, crédito consignado, outras dívidas e cheque pré-datado, além de um percentual de famílias que não sabe ou não respondeu. Ainda segundo o autor, embora os percentuais apresentem oscilações, não se observa tendência clara de queda ou elevação, indicando que, de modo geral,

permanecem nos mesmos patamares ao longo do tempo. Tais resultados demonstram a dificuldade de muitas famílias em chegar ao final do mês com rendimento monetário suficiente para suas despesas, o que aponta a fragilidade no planejamento orçamentário e o uso frequente do crédito como estratégia para complementar a renda disponível.

Indagados então sobre possuírem investimentos os resultados foram:

**Gráfico 4 – Tipos de investimentos**



Fonte: A autora (2025).

No que diz respeito à constituição de patrimônio e à formação de reserva, constatou-se que 62,1% dos sargentos não possuem qualquer forma de investimento, enquanto entre os 37,9% que declararam possuir, a poupança permanece como principal modalidade (15,3%), demonstrando a ausência de diversificação de ativos e de estratégias mais eficazes para geração de renda passiva.

De acordo com Modigliani e Brumberg (1954), na Teoria do Ciclo de Vida, o indivíduo deveria acumular recursos em momentos de maior renda para utilizá-los em fases de menor produtividade, como a aposentadoria. Quando a poupança não é reinvestida em instrumentos que gerem renda passiva — como ações, fundos imobiliários ou renda fixa estruturada — ela perde poder de compra. No Brasil, a poupança tem rendimento real inferior à inflação em vários períodos (BACEN, 2024). Assim, confiar apenas nesse instrumento demonstra desconhecimento sobre melhores alternativas para garantir autonomia financeira futura.

Quando questionados sobre o impacto que a eventual supressão da AC4 acarretaria na renda familiar no momento da transição para a reserva, 31,5% indicaram que haveria impacto significativo, enquanto 43,5% afirmaram que o impacto seria moderado. Apenas 25% relataram que a supressão não acarretaria prejuízo relevante. Esses dados corroboram a hipótese de que a renda oriunda da AC4, concebida como instrumento excepcional de

complementação salarial, tornou-se elemento indispensável para manutenção do padrão de vida familiar, influenciando inclusive a decisão de adiamento da aposentadoria.

Finalmente, destaca-se o elevado grau de concordância dos respondentes quanto à necessidade de institucionalização de ações voltadas à educação financeira no âmbito da Corporação: 93,5% dos participantes declararam acreditar que a Polícia Militar deveria oferecer orientações regulares sobre finanças pessoais aos seus integrantes, confirmando lacuna histórica na política de gestão de pessoas da Instituição. Tal constatação se coaduna com o entendimento doutrinário de que a ausência de políticas institucionais de educação financeira agrava a vulnerabilidade do servidor, amplia o risco de endividamento crônico e compromete o bem-estar funcional, a saúde mental e a qualidade de vida do policial militar, além de repercutir negativamente na eficiência administrativa.

Os resultados obtidos, portanto, confirmam a premissa central desta investigação: a escala extra remunerada AC4, embora legalmente concebida como mecanismo excepcional de reforço de efetivo e de renda, assume atualmente natureza de receita indispensável para a maior parte dos policiais militares pesquisados, em razão do elevado grau de endividamento, uso intensivo de crédito consignado e ausência de estratégias de poupança e investimento.

Diante desse contexto, recomenda-se a proposição de programas de educação financeira, a serem incorporados nos cursos de formação e aperfeiçoamento da Polícia Militar do Estado de Goiás, como medida preventiva e mitigadora dos impactos sociais, financeiros e psíquicos decorrentes do endividamento prolongado, em consonância com os princípios constitucionais da eficiência e da valorização do servidor público.

## **5. CONCLUSÃO**

O presente estudo demonstrou, com base na análise dos dados coletados junto a sargentos da Polícia Militar do Estado de Goiás, que o endividamento constitui um fator recorrente, persistente e de significativo impacto na dinâmica financeira desses profissionais. Constatou-se que a maior parte dos respondentes apresenta elevado grau de comprometimento da renda líquida com dívidas — majoritariamente decorrentes de empréstimos consignados e uso do cartão de crédito — e que a escala extraordinária remunerada (AC4), originalmente concebida como instrumento eventual de reforço salarial, passou a ser uma fonte essencial da renda mensal. Apenas 17,7% dos militares destinam a renda da AC4 a investimentos ou

formação de patrimônio, enquanto a maioria a utiliza para despesas básicas ou amortização de débitos.

Retomando a questão central desta pesquisa — de que forma a dependência financeira da escala AC4 impacta o endividamento e a decisão de policiais militares do Estado de Goiás em adiar a passagem para a reserva remunerada —, os achados confirmam a forte influência desse fator. Mais de 70% dos participantes reconhecem depender da AC4 para manter o padrão de vida familiar, o que reforça o caráter estrutural do problema. Adicionalmente, observou-se que 62,1% dos policiais não possuem qualquer forma de investimento, e entre os que investem, a maioria o faz de maneira limitada e pouco estratégica. A contratação recorrente de crédito consignado, aliada ao uso do cartão de crédito como extensão da renda, compõe um ciclo de endividamento crônico que compromete a autonomia financeira, a qualidade de vida e a saúde mental dos policiais.

É necessário, contudo, reconhecer as limitações desta pesquisa. Os resultados refletem a realidade de sargentos em fase intermediária da carreira e vinculados ao Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos, não podendo ser generalizados para toda a corporação. Além disso, a amostragem não probabilística do tipo snowball pode ter introduzido vieses de seleção, e a análise descritiva utilizada restringe-se à caracterização e interpretação dos dados, sem permitir inferências causais.

Como contribuição prática, sugere-se a inclusão de conteúdos de Educação Financeira nos cursos de formação e aperfeiçoamento da PMGO, como medida preventiva e formativa voltada ao equilíbrio financeiro dos servidores. O detalhamento da proposta curricular encontra-se no Apêndice A, em caráter complementar ao estudo. Recomenda-se, ainda, que pesquisas futuras ampliem a análise para outras patentes e forças policiais, incluindo estudos longitudinais sobre o impacto da educação financeira quando implantada institucionalmente, além de investigações acerca do efeito de programas de orientação financeira sobre a redução do endividamento crônico.

## REFERÊNCIAS

- ASSAF NETO, Alexandre. **Finanças corporativas e valor**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- BRASIL, Banco Central do Brasil. **Relatório de poupança e crédito**. Brasília, 2024.
- BAUMAN, Zygmunt. **Vida líquida**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2007. Brasil.
- BIERNACKI, P.; WALDORF, D. **Snowball Sampling**: problems and techniques of chain referral sampling. *Sociological Methods & Research*, vol. n° 2, November. 141-163p, 1981.
- Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 2016.
- Brasil. **Lei nº 10.820**, de 17 de dezembro de 2003. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/2003/L10.820.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.820.htm). Acesso em: 20 abr. 2025.
- Brasil é o 74º em ranking global de educação financeira**. Disponível em: [https://classic.exame.com/invest/minhas-financas/brasil-e-o-74o-em-ranking-global-de-educacao-financeira/?utm\\_source=copiaecola&utm\\_medium=compartilhamentohttps](https://classic.exame.com/invest/minhas-financas/brasil-e-o-74o-em-ranking-global-de-educacao-financeira/?utm_source=copiaecola&utm_medium=compartilhamentohttps). Acesso em: 31 maio 2025.
- CERBASI, Gustavo. **Pais inteligentes enriquecem seus filhos**. São Paulo: Gente, 2004.
- DA CRUZ F, Urânia Flores. **Desenvolvimento à moda brasileira: dinheiro e desigualdades na educação**. Editora Dialética, 2021.
- DE MACEDO, Thiago Aurélio Teodoro. **Endividamento e uso de crédito consignado: um olhar sobre a realidade do servidor público federal da Univasf**. Juazeiro – BA, 2023.
- GALINDO, Bárbara Rafaelly da Silva. **Análise do endividamento por meio do crédito consignado dos servidores públicos da Universidade Federal da Paraíba**. 2021.
- GOIÁS. **Portaria nº 0232/19 – Serviço Extraordinário AC4**. Disponível em: <https://goias.gov.br/seguranca/portaria-n-0232-19-servico-extraordinario-ac4/>. Acesso em: 20 abr. 2025.
- GOMES, Liliane Vicentina. **Educação financeira e sua relação com o policial militar de Santa Catarina**. *Revista Científica da Escola Superior de Polícia Militar*, n. 4, p. 20-45, 2022.
- MARCONI, M. de A.; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2004.
- MODIGLIANI, Franco; BRUMBERG, Richard. **Análise de Utilidade e a Função de Consumo: Uma Interpretação de Dados Transversais 1**. In: *Economia Pós-Keynesiana*. Routledge, 2013. p. 388-436.
- OLIVEIRA, José Carlos de. **Educação financeira: como planejar seus gastos e investir com inteligência**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

OLIVEIRA, Paula Karlleyne Queiroz; DE ALMEIDA, Alexandre Nascimento; NUNES, André. **Determinantes da decisão de aposentadoria no serviço público**. Administração Pública e Gestão Social, v. 13, n. 1, 2021.

OROZIMBO Makário; BEVILACQUA, Solon. **Educação financeira e superendividamento: um estudo de caso**. Omnia Sapientiae, v. 2, n. 1, p. 6-17, 2022.

OROZIMBO JR, Makário Luiz; BEVILACQUA, Sólón. **Educação Financeira**. Clube de Autores, 2021.

ROTHBARD, Murray N. **O que o governo fez com o nosso dinheiro?**. LVM Editora, 2022.

SANTOS, José Luiz dos. **Finanças pessoais: fundamentos e práticas para a gestão do orçamento familiar**. São Paulo: Atlas, 2011.

SANTOS, Saulo Espíndula dos; FERNANDES, Sanyo Ferreira; RODRIGUES, Johnathan Tarley A. R. **Educação financeira na Polícia Militar do Estado de Goiás: uma proposta de inserção da disciplina na matriz curricular**. CEGESP, 2025.

SILVA, J. P. **Gestão financeira do policial militar e o impacto na sua estabilidade profissional**. São Luís: Polícia Militar do Maranhão, 2024. Disponível em: <https://ead.pm.ma.gov.br/mod/resource/view.php?id=5405>. Acesso em: 3 jul. 2025.

WEBER, Max. **A ética protestante e o "espírito" do capitalismo**. Editora Companhia das Letras, 2004.

## APÊNDICE A – EMENTA DE DISCIPLINA

### **Disciplina: Educação Financeira Aplicada à Realidade Policial**

**Carga horária:** 30 horas/aula

**Modalidade:** Presencial ou híbrida.

**Público-alvo:** Policiais militares em cursos de formação, aperfeiçoamento ou especialização.

#### 1. Ementa

Esta disciplina tem por objetivo capacitar o policial militar a compreender e aplicar noções fundamentais de educação financeira ao longo de sua carreira, com ênfase em planejamento orçamentário, uso consciente do crédito, prevenção do endividamento crônico e preparação para a inatividade. Serão abordadas questões específicas da realidade policial, como a dependência da escala extra remunerada (AC4), o uso intensivo do crédito consignado, o consumo impulsivo e a ausência de estratégias de investimento e formação patrimonial. A proposta visa fomentar a autonomia financeira, a estabilidade emocional e o bem-estar funcional, promovendo uma cultura institucional orientada para decisões conscientes e sustentáveis em relação ao dinheiro.

#### 2. Objetivo Geral

Apresentar noções práticas e acessíveis de organização financeira pessoal, com foco na prevenção ao endividamento, no uso racional da AC4, na estruturação de reservas e investimentos, e na melhoria da qualidade de vida do policial militar ao longo da carreira e no processo de transição para a reserva remunerada.

#### 3. Objetivos Específicos

- Desenvolver habilidades de planejamento e controle financeiro pessoal e familiar;
- Identificar causas e consequências do endividamento entre policiais militares;
- Compreender o funcionamento e os riscos do crédito consignado e do uso do cartão de crédito como extensão da renda;
- Promover atitudes de consumo consciente e escolhas compatíveis com a realidade financeira;
- Orientar a formação de reserva de emergência e patrimônio;

- Apresentar as principais modalidades de investimento e estimular a geração de renda passiva;
- Preparar o policial para a reorganização financeira no período pré-aposentadoria.

#### 4. Conteúdo Programático Sugerido

##### 4.1 Educação financeira e realidade institucional

Conceitos básicos e importância da educação financeira

O cenário do endividamento entre servidores públicos

##### 4.2 Planejamento financeiro pessoal e familiar

Diagnóstico da situação financeira

Estruturação de orçamento e controle de gastos

Metas e planejamento a curto, médio e longo prazo

##### 4.3 Crédito pessoal e empréstimos consignados

Funcionamento, vantagens e armadilhas do crédito

Juros compostos e efeito dos refinanciamentos sucessivos

Impacto do crédito no orçamento e nas decisões de carreira

##### 4.4 Consumo consciente e endividamento evitável

Estratégias de marketing, consumo emocional e compulsivo

Diferenciação entre desejos e necessidades

Como evitar o ciclo da dívida

##### 4.5 Reserva de emergência e construção de patrimônio

Por que e como formar uma reserva de emergência

A importância de preparar-se para imprevistos

##### 4.6 Opções de investimento e geração de renda passiva

Diferença entre poupança e investimento

Fundos de investimento, Tesouro Direto, CDBs, LCI/LCAs

Fundos Imobiliários (FIIs), ações e dividendos

Perfis de investidor: conservador, moderado e arrojado

Renda passiva como estratégia para a aposentadoria

##### 4.7 Finanças e bem-estar psicológico

Relação entre saúde financeira, emocional e desempenho no trabalho

Estresse, ansiedade e impactos do endividamento crônico

Prevenção e autocuidado

#### 4.8 Aposentadoria e transição para a reserva

Planejamento de renda para inatividade

Uso adequado da AC4 como renda transitória

Como reorganizar o padrão de vida pós-atividade

#### 5. Metodologia Sugerida

- Aulas expositivas com linguagem acessível e contextualizada
- Análise de casos reais com situações vividas por policiais
- Dinâmicas em grupo, jogos financeiros e rodas de conversa
- Exercícios práticos com planilhas, aplicativos gratuitos e simulações
- Participação de policiais experientes e especialistas voluntários

#### 6. Avaliação da Aprendizagem

A avaliação será contínua e formativa, buscando aferir não apenas a compreensão teórica dos conteúdos, mas também a capacidade do policial em refletir criticamente sobre sua realidade financeira e aplicar os conhecimentos adquiridos em sua rotina pessoal e profissional.

Serão utilizados os seguintes instrumentos:

- Atividades práticas em sala, como simulações de orçamento, análise de cenários e decisões financeiras;
- Desenvolvimento de um plano financeiro individual, considerando metas de curto, médio e longo prazo, com base na renda real do policial;
- Participação em discussões orientadas e estudos de caso, com ênfase em situações vivenciadas na corporação;
- Autoavaliação guiada, em que o aluno identifica avanços, desafios e atitudes que pretende modificar em sua relação com o dinheiro.

Essa abordagem permite avaliar não apenas o domínio técnico, mas também o engajamento, o senso crítico e a disposição para a mudança de hábitos, alinhando-se ao propósito formativo da disciplina.

#### 7. Recursos e Parcerias Recomendadas

- Para garantir uma abordagem acessível, prática e contextualizada, a disciplina poderá contar com os seguintes recursos:

- Materiais didáticos diversificados, como planilhas de controle financeiro, vídeos explicativos, podcasts temáticos e textos introdutórios adaptados à realidade do Policial Militar do Estado de Goiás;
- Uso de ferramentas gratuitas de planejamento financeiro, como aplicativos móveis e simuladores de crédito e investimento disponíveis em plataformas oficiais;
- Apoio de profissionais da própria corporação com vivência em gestão financeira, administração ou áreas afins, para mediação de debates e partilha de experiências;
- Parcerias com instituições reconhecidas e cooperativas de crédito voltadas ao público militar e entidades de apoio ao servidor público;
- Distribuição de cartilhas e e-books sobre organização financeira, investimentos e planejamento para aposentadoria, preferencialmente em formato digital para facilitar o acesso permanente.
- A utilização desses recursos visa tornar o conteúdo mais dinâmico e aplicável, promovendo o protagonismo do policial na construção de uma vida financeira equilibrada e sustentável.

## APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO APLICADO

### **GESTÃO FINANCEIRA PARA REDUZIR OS IMPACTOS DA AC4 PARA O POLICIAL QUE PASSA À RESERVA REMUNERADA**

Total de Respostas: 124 respostas

#### TERMO DE LIVRE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLCE)

Prezado(a) Participante,

Está a ser convidado(a) a participar numa pesquisa sobre finanças pessoais, endividamento e necessidade de escala extra remunerada, e os impactos da supressão da AC4 para o policial que passa à reserva remunerada. A pesquisa foi conduzida pela CAD Gracielle Vieira Arruda, da 48ª Turma do Curso de Formação de Oficiais, sob orientação do Major QO PM Wanderley Alves Moura, para a conclusão do MBA em Gestão de Polícia Ostensiva do Comando da Academia de Polícia Militar. O objetivo é recolher dados que possam apoiar projetos relacionados com educação financeira e propor o ensino de gestão financeira nos currículos dos cursos de formação e aperfeiçoamento de Policiais Militares.

1. Procedimentos da Pesquisa A sua participação consistirá em responder a 10 perguntas simples de um questionário sobre finanças, endividamento e serviço de AC4, com duração aproximada de 3 minutos.
2. Riscos e Benefícios Não há riscos significativos associados à sua participação nesta pesquisa, além dos inerentes às atividades quotidianas. Caso sinta qualquer desconforto, poderá interromper a sua participação a qualquer momento. Os benefícios desta pesquisa incluem propor projetos que possam beneficiar as grades dos Cursos do CAPM.
3. Sigilo e Confidencialidade Os seus dados serão tratados com sigilo absoluto e utilizados exclusivamente para fins académicos e científicos. Em nenhuma hipótese a sua identidade será divulgada, garantindo o anonimato das informações fornecidas.
4. Participação Voluntária A sua participação é totalmente voluntária. Pode desistir a qualquer momento, sem qualquer prejuízo ou necessidade de justificativa. Caso tenha dúvidas sobre qualquer aspeto da pesquisa, poderá entrar em contacto com o pesquisador responsável pelos meios disponibilizados.
5. Considerações Éticas O projeto respeitará os preceitos éticos vigentes sobre procedimentos experimentais envolvendo seres humanos.

6. Contacto para Esclarecimentos Caso necessite de mais informações, estão à disposição para esclarecimentos pelo telefone (62) 9947-9585 ou pelo e-mail [vieiraarrudagracielle@gmail.com](mailto:vieiraarrudagracielle@gmail.com).

Resultado do Consentimento:

- Declaro que li, compreendi e concordo em participar desta pesquisa de forma livre e esclarecida: 100% dos respondentes.
- (A opção "Não concordo em participar" não teve respostas, resultando em 0%.)

Gráfico de Consentimento:

- Título: "Declaro que li, compreendi e concordo em participar desta pesquisa de forma livre e esclarecida".
- Gráfico: Gráfico de setores (pizza) mostrando que 100% dos respondentes declararam ter lido, compreendido e concordado em participar na pesquisa de forma livre e esclarecida.

Perguntas do Questionário e Gráficos de Respostas:

#### 1) Sexo

- Total de Respostas: 124
- Gráfico: Gráfico de setores (pizza)
  - Masculino: 89,5%
  - Feminino: 10,5%

#### 2) Qual a sua idade?

- Total de Respostas: 124
- Gráfico: Gráfico de barras, mostrando a distribuição das idades dos participantes:
  - 37 anos: 4% (5 respostas)
  - 40 anos: 2,4% (3 respostas)
  - 41 anos: 3,2% (4 respostas)
  - 42 anos: 1,6% (2 respostas)
  - 43 anos: 0,8% (1 resposta)
  - 44 anos: 11,3% (14 respostas)
  - 45 anos: 6,5% (8 respostas)
  - 46 anos: 12,1% (15 respostas)
  - 47 anos: 7,3% (9 respostas)
  - 48 anos: 4,8% (6 respostas)
  - 49 anos: 2,4% (3 respostas)

- 50 anos: 6,5% (8 respostas)
- 51 anos: 0,8% (1 resposta)
- 52 anos: 2,4% (3 respostas)
- 53 anos: 2,4% (3 respostas)
- 54 anos: 2,4% (3 respostas)
- Outras idades menores ou iguais a 0,8% (1 resposta) ou 1,6% (2 respostas).

3) Faltam quantos anos para você ir para a reserva remunerada?

- Total de Respostas: 124
- Gráfico: Gráfico de setores (pizza)
  - Menos de 5 anos: 36,3%
  - De 5 a 10 anos: 26,6%
  - Mais de 10 anos: 37,1%

4) Após a reserva, pretende retornar para alguma atividade policial militar?

- Total de Respostas: 124
- Gráfico: Gráfico de setores (pizza)
  - Sim: 14,5%
  - Não: 85,5%

5) Se a resposta anterior for sim, indique o motivo.

- Total de Respostas: 30 (apenas para quem respondeu "Sim" na pergunta 4)
- Gráfico: Gráfico de setores (pizza)
  - Não diminuir o meu padrão de vida: 46,7%
  - Renda extra para quitar minhas dívidas: 38,7%
  - Sinto disposição para continuar trabalhando: 13,3%
  - Outros motivos: 0% (visual)

6) Você realiza atividades de AC4?

- Total de Respostas: 124
- Gráfico: Gráfico de setores (pizza)
  - Sim: 78,2%
  - Não: 21,8%

7) Em caso afirmativo, indique qual o principal motivo.

- Total de Respostas: 96 (para quem respondeu "Sim" na pergunta 6)
- Gráfico: Gráfico de setores (pizza)
  - Custear gastos extras: 28,1%
  - Dinheiro para investimentos: 17,7%

- Valor já incorporado à minha renda: 26%
  - Dificuldades financeiras: 28,1%
- 8) Qual o percentual aproximado da sua renda líquida está comprometido com financiamentos, empréstimos ou outras dívidas (voluntárias ou involuntárias)?
- Total de Respostas: 124
  - Gráfico: Gráfico de setores (pizza)
    - 0%: 8,1%
    - Menor ou igual a 30%: 46%
    - Menor ou igual a 50%: 26,6%
    - Maior que 50%: 19,4%
- 9) Qual tipo de dívida mais compromete sua renda atualmente?
- Total de Respostas: 124
  - Gráfico: Gráfico de setores (pizza)
    - Empréstimo Consignado: 61,3%
    - Cartão de Crédito: 18,5%
    - Cheque Especial: 8,9%
    - Financiamento Imobiliário: 3%
    - Financiamento Veicular: 1,6%
    - A combinação de duas ou mais dívidas: (Apresenta uma fatia muito pequena, não rotulada explicitamente com percentagem)
      - Não tenho dívidas: 6,5%
- 10) Você possui algum tipo de investimento?
- Total de Respostas: 124
  - Gráfico: Gráfico de setores (pizza)
    - LCI (Letra de Crédito Imobiliário): 17,7%
    - Poupança: 15,3%
    - Não possuo investimento: 62,1%
    - Outros tipos de investimento (LCA, Ações, Criptomoedas, Posso duas ou mais combinações de investimentos) aparecem com fatias muito pequenas, sem percentagem visível, indicando valores residuais.
- 11) Caso você passe para a reserva e deixe de receber a AC4, isso impactará na sua renda mensal?
- Total de Respostas: 124
  - Gráfico: Gráfico de setores (pizza)

- Muito: 31,5%
- Pouco: 43,5%
- Nada: 25%

12) Você acredita que a Polícia Militar deveria oferecer orientações sobre finanças pessoais para seus policiais?

- Total de Respostas: 124
- Gráfico: Gráfico de setores (pizza)
  - Sim: 93,5%
  - Não: 6,5%